

PREGÃO ELETRÔNICO

44/2023

CONTRATANTE (UASG)

Base Aérea de Campo Grande (120638)

OBJETO

Registro de preços para aquisição de Máquinas e Equipamentos para Oficinas, com a finalidade de atender às demandas de Base Aérea de Campo Grande

Processo Administrativo nº 67261.006699/2023-16

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 289.637,18

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/03/2024 às 09h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	18
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
11. DOS RECURSOS	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/BACG/2023
(Processo Administrativo n.º 67261.006699/2023-16)**

APROVAÇÃO

AUGUSTO AQUINO DE MENEZES Ten Cel Esp Arm

Ordenador de Despesas

Torna-se público que a Base Aérea de Campo Grande (BACG), por meio da Seção de Licitações e Contratos (SLC), sediada na Avenida Duque de Caxias, nº 2.905, Bairro Santo Antônio, Campo Grande/MS, realizará licitação, para registro de preços na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços **para aquisição de Máquinas e Equipamentos para Oficinas Para atendimento da Guarnição da Base Aérea de Campo Grande (BACG)** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação neste pregão é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço..
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;**
- 5.1.2. Marca;**
- 5.1.3. Fabricante;**
- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.**
- 5.1.5. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade prevista na Planilha de Itens, anexa ao Termo de Referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.8.1. **O valor final ofertado e/ou negociado para os itens, dentro da proposta de preços, será considerado nas duas primeiras casas decimais, sem arredondamentos.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar

recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo endereço eletrônico licitacoes.bacg@fab.mil.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes.bacg@fab.mil.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital. Para todos os efeitos, caso haja discrepância entre os itens do Sistema Comprasnet e do Termo de Referência, prevalecerá sempre a planilha constante do Termo de Referência.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos endereços eletrônicos https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e <https://www2.fab.mil.br/licitacoescontratos/index.php/bacg>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência e apêndices;

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta

Campo Grande, *(data vide assinatura eletrônica)*.

RUTH BOMFIM NUNES 1º Ten Int

Gestora de Licitações

Termo de Referência 71/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
71/2023	120638-BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE	WESLEY BARLATTI DE MACEDO	18/01/2024 19:00 (v 6.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67261.006699/2023-16

1. Definição do objeto

- 1.1. Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Oficinas, com a finalidade de atender às demandas de Base Aérea de Campo Grande (BACG), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Anexo I – Relação de Itens.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da data de recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato (ou instrumento equivalente) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Em atenção ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947/2022, o objeto da contratação está previsto no Planejamento Anual de Aquisições e Contratações (PAAC) de 2023, disposto no Portal da Força Aérea Brasileira (FAB), <https://www2.fab.mil.br/paac/>, conforme detalhamento a seguir:
- REGIÃO/UNIDADE: REGIÃO CENTRO OESTE, Campo Grande (BACG);

DATA DE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA FAB: 06 de julho de 2023; e

CÓDIGO DE PLANEJAMENTO DO OBJETO NO PAAC: BACG23MAT028.

3. Descrição da solução

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

4.1.1.1. **Aspirador de pó / líquido e Chuveiros Elétricos** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; - a fabricação de aspiradores de pó, enceradeiras, processadores de alimentos, liquidificadores, ozonizadores, chuveiros elétricos, torradeiras, ventiladores e outros eletrodomésticos;

4.1.1.2. **Balança Digital de Bancada e Balança Digital para Refrigeração** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; - a fabricação de balanças de precisão eletrônicas digitais;

4.1.1.3. **Alicate Amperímetro, Alicate Wattímetro, Multímetro** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; - a fabricação de instrumentos de medida elétricos e eletrônicos (osciloscópios, amperímetros, voltímetros, etc.);

4.1.1.4. **Motosserras** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de motosserra;

4.1.1.5. **Aquecedor Elétrico** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos - a fabricação de fornos, fogareiros, churrasqueiras, grelhas e aquecedores domésticos, elétricos;

4.1.1.6. **Bombas Centrífugas e Motobombas** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de bombas hidráulicas centrífugas, rotativas ou de pistão, de baixa ou alta pressão;

4.1.1.7. **Compressores de Ar** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de compressores de ar estacionários ou portáteis, equipados ou não com motores elétricos, para uso não-industrial;

4.1.1.8. **Conjunto Manifold** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de peças e acessórios para aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial;

4.1.1.9. **Elevador Automotivo** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de elevadores de carga, empilhadeiras, carregadores mecânicos, macacos hidráulicos, pontes rolantes e outros aparelhos para carga, descarga e manipulação de mercadorias;

4.1.1.10. **Esmerilhadeira, Furadeira, Serras, Parafusadeiras, Lixadeiras, Martelete Perfurador/Rompedor e Serra Circular** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de ferramentas manuais elétricas (furadeiras, lixadeiras, politrizes, serras, etc.) e de funcionamento com ar comprimido;

4.1.1.11. **Lavadoras Alta Pressão, Limpadora e Secadora de Pisos e Máquina para Limpeza de Ar Condicionado** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos para lavanderias, tinturarias e semelhantes (lavadoras e secadoras comerciais, máquinas de limpeza a seco, etc.);

4.1.1.12. **Maquinas de Solda** - FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de máquinas de solda que utilizem raio laser, impulsos magnéticos, etc.; e

4.1.1.13. **Termômetro Digital e Termovisor** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos - a fabricação de instrumentos de medida eletrônicos digitais para uso técnico e profissional (esquadros, altímetros, anemômetros, barômetros, bússolas, escalas de redução, gasômetros, hidrômetros, pluviômetros, taxímetros, tacômetros, velocímetros, termômetros, paquímetro, etc.).

4.1.2. Só será admitida a oferta de Aspirador de Pó que possua Selo Ruído indicativo do nível 70 dB de potência sonora, nos termos da Portaria INMETRO nº 430, de 2012, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, da Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 18/02/2004 e da Portaria INMETRO nº 430, de 16/08/2012, alterada pela Portaria INMETRO nº 388, de 06/08/2013.

4.1.3. Só será admitida a oferta de Chuveiros, Aquecedores Elétricos, Bombas e Motobombas Centrífuga e Motores Elétricos Trifásicos que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) “A” ou “B”, nos termos das Portarias INMETRO nº 455, de 01/12/2010, 42, de 24/02/2021 e nº 488, de 08/12/2010, que aprovam os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.2. De acordo com as previsões do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão exigidos neste certame os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seu similares;

4.2.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.3. Na presente contratação será admitida a indicação marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista que a descrição do objeto a ser licitado será mais bem compreendida pela identificação das marcas ou modelos contidos no Anexo I - Relação de Itens, aptos a servir apenas como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, utilizando-se neste caso os termos “equivalente, similar ou qualidade superior”.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Na presente contratação não há necessidade de vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.

Da exigência de amostra

4.5. Não haverá exigência de amostra na presente contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não será exigida carta de solidariedade no presente processo.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Duque de Caxias, 2905, Bairro Santo Antônio, Campo Grande - MS, telefone (67) 3368-3223, no Almoxarifado da Seção de Serviços Gerais (SSG) do Esquadrão de Infraestrutura (EIE) da Base Aérea de Campo Grande, em horário de expediente da BACG, sendo de segunda a quinta-feira das 8h às 16h, e sexta-feira das 8h às 12h, horário local, devendo realizar contato prévio por telefone para confirmar a entrega.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital, aplicável ao ICMS, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, aplicável ao ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.29. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, para o(s) seguinte(s) item(ns):

8.32.1. Item 21: Elevador Automotivo;

8.32.2. Item 32: Lavadora de Alta Pressão Industrial, água fria;

8.32.3. Item 34: Limpadora e Secadora de Pisos; e

8.32.4. Item 41: Motobomba Submersa.

8.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.33.1. Dados do emitente (razão social, cnpj e endereço);

8.33.2. Assinatura e dados do responsável da empresa ou órgão emitente;

8.33.3. Menção expressa ao responsável pela entrega do objeto (razão social, cnpj e endereço);

8.33.4. Itens com características semelhantes ao objeto desta licitação.

8.33.5. Declaração do emitente de que o licitante cumpriu satisfatoriamente com os termos estabelecidos no contrato.

8.34. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 50%, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.38. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 289.637,18

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 289.637,18 (duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e trinta e sete reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo I – Relação de Itens.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Considerando que para a presente aquisição será aplicado o Sistema de Registro de Preços e em atenção ao Art. 83 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que afirma que “a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”, as compras correrão conforme disponibilidade de créditos e planejamento de utilização dos recursos.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALISSON DA GUARDA

Membro da comissão de contratação

WESLEY BARLATTI DE MACEDO

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	19/01/2024 12:26:18
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	c824f14e8f2bd06117616f80cd5f06d0
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ALISSON DA GUARDA no dia 26/01/2024 às 11:54:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LUIZ HENRIQUE LAGES NOLASCO no dia 05/02/2024 às 16:48:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap LETÍCIA TORRES PRUJÁ DIAS no dia 08/02/2024 às 16:34:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QOEARM AUGUSTO AQUINO DE MENEZES no dia 08/02/2024 às 18:47:32 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Anexo I – Relação de Itens									
Item	Descrição / Especificação	CATMAT	Qtde Mínima	Qtde Máxima	U.F.	Valor Unitário	Valor Total	Desp.	SE
1	Alicate Amperímetro, tipo: digital, corrente: 1000 A CA RMS / 1000 A CC, voltagem: 600 V CA / 600 V CC, resistência: 60 OHMS, frequência: 500 HZ, CAT III 1000 V, abertura da garra: 30 mm, aplicação: eletricidade, resposta CA: TRUE RMS, referência: Fluke 305, Minipa ou qualidade superior.	341329	1	2	UN	446,67	893,34	449052	04
2	Alicate Wattímetro, potência ativa: 600 KW, potência aparente: 600 KVA, potência reativa: 600 KVAR, fator de potência: 1000, tensão AC: 600 V, corrente AC: 1000 A, características adicionais: Categoria III 600 V de segurança, leitura TRUE RMS, Display LCD de 4 dígitos, abertura da garra de 50 mm, referência: Minipa ET-4080, Fluke ou qualidade superior.	429324	1	2	UN	1.205,93	2.411,86	449052	04
3	Aquecedor de Água Elétrico, para torneiras e monocomandos, tensão elétrica: 220 V, potência: 5500 W, pressão de funcionamento mínima: 2 mca, pressão de funcionamento máxima: 20 mca, cor: branco, referência: Lorenzetti Aquecedor Versátil 220V 5500W, Fame ou qualidade superior.	602473	1	2	UN	221,67	443,34	449052	12
4	Aspirador de Pó e Água - Profissional, potência motor: 1300 W, tensão alimentação: 110/220 V, capacidade: 20 L, características adicionais: bicos aspiradores e mangueiras, referência: Eletrolux GT3000, WAP ou qualidade superior.	388812	3	5	UN	431,70	2.158,50	449052	12
5	Balança Digital de Bancada, com coluna articulada medindo aproximadamente 575 mm, base em aço carbono SAE 1020, plataforma de pesagem em aço inoxidável AISI 304 com acabamento escovado, capacidade de pesagem: 300 kg x 50 g (divisão), dimensões aproximadas da plataforma: 400 mm (largura) x 500 mm (profundidade) x 120 mm (altura), alimentação: bívolt + bateria, indicador remoto com display LCD, 06 dígitos, medindo aproximadamente 200 mm (largura) x 183 mm (altura) x 155 mm (profundidade), referência: Toledo 2099 ou qualidade superior.	445491	1	2	UN	1.403,00	2.806,00	449052	04
6	Balança Digital para Refrigeração, capacidade pesagem: 100 KG, display LCD com iluminação, mesa removível, resolução: 5 g, precisão: 0,05% rdg + 10g, fonte de alimentação: baterias 5 pilhas AA, características adicionais: com maleta, referência: Surya ou qualidade superior.	274230	1	2	UN	1.335,33	2.670,66	449052	04
7	Bancada Aberta, comprimento: 2 m, largura: 60 cm, altura: 92 cm, pintura eletroestática, tampo: compensado naval envernizado 40 mm, tratamento antiferrugem, capacidade: 400 kg, com 3 gavetas com porta cadeados, referência: Feracar 203CD, Beta ou qualidade superior.	444968	1	2	UN	1.505,43	3.010,86	449052	42
8	Bomba Centrífuga não Submersa, motor trifásico, potência: 3 CV, voltagem: 220 / 380 V, Sucção: 1 1/2 pol, Recalque: 1 pol, Pressão máxima sem vazão: 45 m.c.a., rotor: 155 mm, vazão máxima: 13,7 m³/h (pressão: 36 m.c.a.), vazão mínima: 5 m³/h (pressão: 44 m.c.a.), motor elétrico IP-21 com flange incorporada, referência: Schneider, Dancor ou qualidade superior.	460336	1	2	UN	1.748,00	3.496,00	449052	39
9	Bomba de Vácuo, 12 CFM Duplo Estágio, material: alumínio fundido, vazão: 283 L/min, tensão: 110/220 V, motor: 1 HP, vácuo máximo: 40~150 Microns, referência: Surya, Ecotools ou qualidade superior.	411616	1	2	UN	1.494,44	2.988,88	449052	39
10	Caneta gravadora elétrica, aplicações: gravação em objetos, corpo emborrachado, potência: 35 W, velocidade: 6.000 RPM, 7.200 pulsos por minuto , voltagem: 110 V, inclui: régua de letras / números e broca de carboneto (9924), referência: Dremel 290, Vonder ou qualidade superior.	396506	2	3	UN	170,02	510,06	449052	36
11	Carrinho de Carga para Armazém, capacidade: 400 kg, medindo: 117 cm (altura) x 35 cm (largura), pneus maciços de borracha: 228 mm, diâmetro do eixo: 25,4 mm, referência: Linus, Vonder ou qualidade superior.	343381	1	2	UN	714,65	1.429,30	449052	48
12	Carrinho de Mão, material caçamba: chapa de aço carbono nº 22, quantidade roda: 1 un, tipo roda: pneu com câmara de 325 mm x 8 mm, capacidade caçamba: 60 L, características adicionais: caçamba reta, referência: Vonder, Tramontina ou qualidade superior.	452395	3	4	UN	209,68	838,72	449052	48
13	Carrinho Plataforma de Aço, capacidade de carga: 600 kg, tipo do assoalho: metálico aço carbono, medidas da plataforma: 1500 mm x 800 mm, altura da plataforma: 400 mm, altura do cabo: 1000 mm, peso aproximado: 54 kg, referência: Bumafer, Lynus ou qualidade superior.	349797	2	3	UN	1.060,00	3.180,00	449052	48
14	Cavelete de Apoio Automotivo, construção robusta em aço soldado, regulagem de altura com pino, capacidade: 4.000Kg, dimensões da base: 271 x 271 mm, altura mínima: 315 mm, altura máxima: 475 mm, com 2 unidades, Bovenau CTN4, Marcon ou qualidade superior.	429083	6	8	UN	228,15	1.825,20	449052	38
15	Chuveiro Elétrico, material: termoplástico, variações temperatura água: 3, cor: branca, potência: 5.500 W, tensão operação: 220 V, características adicionais: mangueira e ducha manual, acompanha cano/braço, referência: Lorenzetti, Hydra ou qualidade superior.	315943	38	50	UN	35,82	1.791,00	449052	12
16	Compressor de Ar 10 Pés 100 litros 2HP 140 psi, tensão 110/220 V, deslocamento teórico: 10 pcm - 283 L/min, pressão de operação máxima: 140 lbf/pol² - 9,7 bar, pressão de operação mínima: 100 lbf/pol² - 6,9 bar, nº de estágios: 1, nº de pistões: 2 - V, potência do motor: 2 HP - 1,35 KW, número de polos: 2, volume do reservatório: 100 litros, referência: Schulz Pro CSV 10/100, Atlas Copco ou qualidade superior.	480821	1	2	UN	2.438,81	4.877,62	449052	38
17	Conjunto Flangeador e Alargador de Tubos de Cobre, contendo 1 flangeador comum, 2 morsa, 5 alargadores (3/16", 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8" e 3/4"), 1 cortador de tubos (1/8" a 1-1/8" [3-28]), 1 chave catraca (1/4", 3/8", 3/16" e 5/16") e 1 maleta reforçada, referência: Ecotools, Coldpac ou qualidade superior.	345658	1	2	UN	373,33	746,66	449052	38
18	Conjunto Manifold, material: latão forjado de alta resistência, componentes: conjunto de válvulas e 2 manômetros, aplicação: gases R22 / R410, com jogo de mangueiras universal 1/4" de 90 cm, capa de proteção para os manômetros, visor de gás, referência: Surya, Vulkan ou qualidade superior.	450770	1	2	UN	234,79	469,58	449052	04
19	Desentupidora elétrica, para desentupimentos em tubulações de pias, tanques, esgotos, entre outros, com diâmetro de 3/4" a 4", potência: 390 W, tensão: 110 V, frequência: 60 Hz, rotação do motor: 400 RPM, com sistema de reversão e embreagem, acompanha: 01 chave, 08 lances de 2,3 metros de cabo flexível de 16 mm, 01 lance de 5 metros de cabo flexível de 8 mm, 08 acessórios para trabalhos diversos, referência: Vonder DV390, Alkamac ou qualidade superior.	600256	1	2	UN	3.611,62	7.223,24	449052	39
20	Detector de fuga de gás refrigerante, tempo de vida da célula: aprox. 80 a 100 h (equivalente a aprox. 1 ano), sensibilidade: 4 g/a (0.15 oz/a), umidade de operação: 20 a 80 %rF, padrões: EN14624:2012, SAE J1627, EU-/EG-orientações, 2004/108/EG, tipo de bateria: 2 x D, durabilidade: duração da bateria até 16 horas, temperatura de operação: -20 a +50 °C, detectável: R22, R134a, R404A, R410A, R507, R438A, todos os CFCs, HFCs, e HCFCs, inclui bateria, referência: Testo 316-3 , Shurya ou qualidade superior.	607105	1	2	UN	2.911,67	5.823,34	449052	04
21	Elevador Automotivo, lubrificação a graxa, capacidade de carga: 4100 Kg, motores elétricos: 2 x 4 CV, tensão elétrica: 220 V, trifásico, sistema de elevação: 2 fusos em aço trefilado SAE 1020, com roscas e porcas de trabalho e segurança em nylon 6.6 encamisadas em aço, transmissão entre colunas: por corrente e engrenagens, acionamento: por alavanca manual, com chave elétrica reversora, colunas: monobloco em aço ASTM A36, altura das colunas : 2.485 mm, altura de elevação: 1.900 mm, largura da base: 3.400 mm, comprimento da base: 1.350 mm, largura entre colunas: 2.760 mm, largura entre carrinhos: 2.500 mm, tempo de elevação: 48 seg, peso bruto do equipamento: 874 kg, referência: Engecass EC-4100 ou qualidade superior.	379343	1	2	UN	15.550,00	31.100,00	449052	38
22	Escada de Alumínio, tipo: articulada de abrir, com 7 degraus, dimensões: altura: 1,98 m, largura: 51 cm, peso máximo suportado: 120 Kg, pés e degraus antiderrapantes, travamento na plataforma superior, com fita de segurança, referência: Mor 5105, Alumasa ou qualidade superior.	345809	3	5	UN	233,50	1.167,50	449052	12

Anexo I – Relação de Itens										
Item	Descrição / Especificação	CATMAT	Qtde Mínima	Qtde Máxima	U.F.	Valor Unitário	Valor Total	Desp.	SE	
23	Escada de Alumínio, tipo: articulada, com 16 degraus (4 x 4), dimensões: altura máxima: 4,71 m, largura: 70,5 cm, peso máximo suportado: 150 Kg, pés e degraus antiderrapantes, travamento automático, referência: Mor 5134, Alumasa ou qualidade superior.	408686	2	3	UN	566,11	1.698,33	449052	12	
24	Escada de Alumínio, tipo: extensível e articulada, com 16 degraus (2 x 8), dimensões: altura máxima: 4,21 m, largura: 59 cm, peso máximo suportado: 150 Kg, pés e degraus antiderrapantes, travamento no degrau superior, com roldanas deslizantes, referência: Mor 5204, Alumasa ou qualidade superior.	408686	3	4	UN	536,67	2.146,68	449052	12	
25	Escada de Fibra de Vidro, tipo: extensível, com 16 degraus (10 / 16), dimensões: altura máxima: 4,80 m, peso máximo suportado: 120 Kg, pés e degraus antiderrapantes, travamento automático, referência: Rotterman ESC30480, Wbertolo ou qualidade superior.	235569	2	3	UN	855,35	2.566,05	449052	12	
26	Esmerilhadeira Angular, voltagem: 127 V, potência: 850 W, rotação: 11.000 RPM sem carga, diâmetro do disco: 4.1/2 Pol (115 mm), eixo: M-14, acompanhar punho auxiliar, chave de pinos, capa de proteção, flange, porca de aperto e maleta, referência: Bosch GWS-850-3D, Makita ou qualidade superior.	379291	1	2	UN	331,49	662,98	449052	38	
27	Etiquetadora / Rotuladora Eletrônica, visor de cristal líquido de 12 caracteres, 54 variações de fontes em 6 tamanhos e 9 estilos (Normal, Negrito, Contorno, Sombra, Itálico, Itálico Sublinhado, Negrito Itálico, Shadow Italic, Vertical), 5 estilos de molduras, 71 Símbolos, resolução de 230 dpi, velocidade de impressão 7,5 mm/seg, altura máxima de impressão 7 mm, impressão até 9 multi-cópias, utiliza fitas M de 9 mm e 12 mm em diversas cores, imprime automaticamente data e hora, imprime em até 2 linhas, funciona com 4 pilhas alcalinas "AAA", inclui 01 fita inicial "M" (4 metros) preto sobre branco, referência: Brother PT-80, Epson ou qualidade superior.	447274	2	3	UN	279,65	838,95	449052	36	
28	Ferro de solda, aquecimento rápido, resistência de cerâmica com filamento de níquel-cromo, tensão: 110 V, potência: 90 W, temperatura máxima: 375° C, comprimento: 280 mm, referência: modelo Hikari 21K018/9, Lianai ou superior.	601272	5	7	UN	223,17	1.562,19	449052	38	
29	Furadeira de Bancada 5/8", tensão: 220 V, potência do motor: 1/2 hp, rotação máxima: 3.100 rpm, 5 velocidades, profundidade de perfuração: 60 mm, tipo de encaixe do eixo da furadeira: cone B-16, chave liga/desliga com dispositivo de segurança, mesa giratória inclinável, lâmpada para iluminação da área do furo e alavanca de avanço com 3 braços, acompanha: motor, mandril com chave, polia e correia K-31, referência: Vonder FBV016, Motomil ou qualidade superior.	607100	1	2	UN	1.183,44	2.366,88	449052	34	
30	Furadeira de Impacto, potência 800 W, 2 velocidades, rotação: 0 - 1.100 rpm / 0 - 3.000 rpm, capacidade de perfuração (0 - 1.100 rpm): concreto: 20 mm, madeira: 40 mm, aço: 13 mm, capacidade de perfuração (0 - 3.000 rpm): concreto: 13 mm, madeira: 25 mm, aço: 8 mm, mandril: 1/2 pol (13 mm), voltagem: 127 V, empunhadura lateral, interruptor com seletor de reverso, botão de uso contínuo, acompanha: mandril com chave, limitador de profundidade e punho auxiliar, referência: Bosch GSB20-2, Dewalt ou qualidade superior.	432053	1	2	UN	504,89	1.009,78	449052	34	
31	Furadeira e Parafusadeira de Impacto 12 V, com 2 baterias de lítio, carregador bivolt, 2 velocidades, sem fio, mandril: 3/8 pol (10 mm), rotação baixa: 0 - 450 rpm, rotação alta: 0 - 1.700 rpm, capacidades de perfuração: aço: 10 mm, madeira: 21 mm, alvenaria: 8 mm, acompanha: 2 baterias, carregador, bit e maleta, referência: Makita HP333DWYE, Dewalt ou qualidade superior.	301751	10	14	UN	432,52	6.055,28	449052	34	
32	Lavadora de Alta Pressão Industrial, água fria, tensão: 220 V, potência: 5.000 W, pressão: 150 bar (2.175 lb/pol²), vazão: 800 L/H, referência: Karcher HD 8/15, ou qualidade superior.	248486	3	5	UN	12.488,66	62.443,30	449052	38	
33	Lavadora de Alta Pressão, vazão: 330 L/H, pressão: 1500 psi, voltagem: 127 V, potência: 1.400 W, motor: indução, comprimento da mangueira de alta pressão: 3 m, acompanha: pistola de alta pressão com trava de segurança, baioneta com conexão rápida, lança com bico de alta pressão regulável (concentrado e leque), mangueira de alta pressão de 3 metros, engate rápido, agulha de limpeza do bico de alta pressão, referência: Wap Eco Fit 2200, Stihl ou qualidade superior.	231823	1	2	UN	429,42	858,84	449052	38	
34	Limpadora e secadora de pisos com cabeçote tipo disco e 50 litros de capacidade em cada tanque, indicada para área de até 3.000 m², acionamento: elétrico, tensão: 220 V, produtividade teórica / prática (m² / h): 2.040 / 1.020, faixa de trabalho: 510 mm, tanque de água limpa / suja (L): 50 / 50, tipo do cabeçote: disco, autonomia média: 3 horas, nível de ruído: 66 dB(A), peso: 134 kg, referência: Karcher BD50/50, Jacto Clean ou qualidade superior.	425156	2	3	UN	15.221,44	45.664,32	449052	38	
35	Lixadeira Roto Orbital, para madeira e metal, disco de lixa, tensão: 127 V, potência: 250 W, 6 velocidades, rotação: 4.500 a 12.000 rpm, velocidade de oscilação: 15.000 a 24.000 opm, diâmetro da lixa: 125 mm, fixação da lixa: velcro, acompanha: coletor de pó com sistema microfiltro, prato de lixa macia (standard), disco de lixa (velcro), referência: Bosch GEX125-1AE, Makita ou qualidade superior.	451536	1	2	UN	381,33	762,66	449052	38	
36	Macaco Hidráulico Manual Tipo Jacaré, capacidade: 5 Ton, comprimento: 1.370 mm, largura: 160 mm, altura mínima: 165 mm, altura máxima: 550 mm, estrutura em aço de alta resistência e garras no prato de apoio (evitar deslizamento), cabo resistente, pedal de acionamento rápido, rodízio em poliuretano de alta resistência, referência: Ribeiro RM0003, Marcon ou qualidade superior.	270915	1	2	UN	2.347,99	4.695,98	449052	38	
37	Macaco Hidráulico, tipo: garrafa, capacidade: 2 Ton, altura de construção: 181 mm, dimensões da base: 85 x 92 mm, curso de elevação hidráulica: 116 mm, curso do fuso: 48 mm, altura total: 345 mm, diâmetro da cabeça de apoio: 21 mm, comprimento da alavanca: 260 mm, referência: Bovenau CJ2700, EDA ou qualidade superior.	342060	1	2	UN	192,87	385,74	449052	38	
38	Máquina de costura, tipo: tradicional com mesa, características: 4 Gavetas, retrocesso, prega zippers, costura reta, lançadeira em aço, costura para trás, enchedor de bobinas, corpo em ferro fundido, caixa da bobina em aço, eixo de transmissão em aço, móvel com modelo tradicional: estrutura com material reforçado, regulagem do comprimento do ponto, referência: Elgin B3, Singer ou qualidade superior.	272656	1	2	UN	1.838,93	3.677,86	449052	34	
39	Máquina para Limpeza de Condicionadores de Ar Split com Bolsa Coletora, modelo: carrinho, voltagem: bivolt, capacidade: 16 Litros, funcionamento: automática, cabo de energia: 4 metros de comprimento com capa protetora, mangueira do esguicho: 4 metros de comprimento resistente a alta pressão com Jato de limpeza regulável, pressão da bomba: 100 à 130 psi (regulável), alça para carregamento e para transporte da máquina, referência: GBMak Clean, Dalai ou qualidade superior.	472323	1	2	UN	1.392,61	2.785,22	449052	38	
40	Máquina Transformadora de Solda, capacidade: 250 A, escala de ajuste: 50 a 250 A, tensão em vazio: 48 V, potência: 8 KVA, ciclo de trabalho: 15 % a 150 A, eletrodo: AWS E6013 até 4,0 mm, alimentação: 127 – 220 V 60 Hz, referência: Worker MS250A, Balmer ou qualidade superior.	218438	1	2	UN	942,33	1.884,66	449052	38	
41	Martelete Perfurador / Rompedor, potência: 820 W, voltagem: 127 V, frequência: 50/60 Hz, corrente: 3,9 A, capacidade máxima de perfuração: concreto: 24 mm, madeira: 30 mm, metal: 13 mm, força de impacto: 2,4 J, rotação sem carga: 870 RPM, impacto: 4850 IPM, acompanha: limitador de profundidade, empunhadura auxiliar, maleta, referência: Bosch GBH-2-24D-MA, Makita ou qualidade superior.	277432	1	2	UN	624,91	1.249,82	449052	38	
42	Morsa / Torno de Bancada linha profissional nº 6, fabricado em ferro nodular nas normas ABNT-FE42012, fuso manípulo em aço forjado com tratamento zincado eletrolítico branco, mordentes integrados ao corpo, bigorna de alta resistência, largura do mordente: 152 mm, abertura máxima: 152 mm, referência: Marcon MR-6, Metalsul ou qualidade superior.	271511	3	5	UN	382,03	1.910,15	449052	38	

Anexo I – Relação de Itens									
Item	Descrição / Especificação	CATMAT	Qtde Mínima	Qtde Máxima	U.F.	Valor Unitário	Valor Total	Desp.	SE
43	Moto Esmeril de Bancada, base de metal, voltagem: bivolt, potência: 1/2 hp (373 w), diâmetro: 6 polegadas (152 mm), referência: Stanley STGB-3715-BR, Motomil ou qualidade superior.	378759	1	2	UN	291,26	582,52	449052	38
44	Motobomba Submersa, para poços de 6" e 8", número de estágios: 4, potência: 15 hp (11,19 kw), motor modelo: M6P, trifásica 220 V / 380 V, vazão e altura manométrica (m³/h - m): 0 - 74,1, 30 - 65,0, 35 - 62,7, 40 - 60,0, 45 - 56,9, 50 - 53,3, 55 - 48,6, 60 - 43,3, referência: Ebara BHSE 650-04 ou qualidade superior.	476493	1	2	UN	12.579,37	25.158,74	449052	39
45	Motogerador de Energia, motor à gasolina, refrigerado a ar, cilindros: monocilíndrico, tipo do motor: 4 tempos, sistema de partida: manual retrátil, cilindrada: 196 cc, rotação máxima: 3600 rpm, filtro de ar: duplo elemento, capacidade do tanque: 15 litros, capacidade do óleo: 0,6 litros, óleo recomendado: 10W30, potência máxima: 3,1 kW kVA, potência nominal: 2,8 kW kVA, número de fases: monofásico, tensão principal: bivolt 115 230 V, frequência: 60 Hz, chave seletora de tensão (115 230 V), tomadas: 1 X 115 V 1 X 230 V, peso líquido: 85 kg, acompanha: kit de ferramentas e carregador de bateria 12VDC 8A, referência: Toyama TG3100CXR, Vulcan ou qualidade superior.	347828	1	2	UN	2.001,46	4.002,92	449052	30
46	Motopodas, para conservação e jardinagem profissional, motor: 2 tempos, potência: 1,3 hp (0,95 kw), cilindrada: 33 cc, rotação máxima: 10.000 rpm, rotação na lenta: 3.000 rpm, sabre: 12 pol (ponta rolante), eixo cardan rígido com estrias, tubo do eixo cardan: tubo de alumínio de 26 mm, comprimento: com extensão: 2,90 m, sem extensão: 1,65 m, ignição: magneto CDI, arranque: manual com mola retrátil, com cinto de suspensão, autonomia aproximada: 1 hora, referência: Vulcan VP3300L, Sthil ou qualidade superior.	358366	1	2	UN	1.303,25	2.606,50	449052	40
47	Motoserra a gasolina, cilindrada: 32 cc, carburador: membrana, sistema de ignição: eletrônico, potência: 1,35 kw (1,8 hp), corrente: 3/8 pol, sabre: 14 pol (35 cm), referência: Makita EA3203SBAG, Sthil ou qualidade superior.	447121	1	2	UN	821,71	1.643,42	449052	40
48	Multímetro, tensão DC: 1.000 V, tensão AC: 1.000 V, corrente DC: 10 A, corrente AC: 10 A, resistência: 40 MOhm, frequência: 10 Hz a 100 Khz, capacitância: 1.000 µF, temperatura: -50° C a 400° C, classificação de segurança: 600 V Cat III, teste de diodos, acompanha ponteiros de prova, referência: Fluke 17B+, Minipa ou qualidade superior.	300578	6	9	UN	318,33	2.864,97	449052	04
49	Pistola de Pintura Profissional, tipo: sucção, pressão trabalho: 40 - 60 lbf/pol², bico e agulha: 1,8 mm, vazão de tinta: 140 a 180 ml/min, tipo da caneca: sucção, material do corpo da pistola: alumínio, material da caneca: alumínio, material do bico e agulha: inox, material da capa de ar: latão, capacidade da caneca: 1 litro, rosca de entrada de ar: 1/4 pol, referência: Vonder 6220200100, Chiaperini ou qualidade superior.	258369	1	2	UN	266,99	533,98	449052	38
50	Plaina Elétrica Manual, potência: 620 W, tensão 110 V, largura de corte: 82 mm (3-1/4 pol), profundidade de corte: 2,5 mm (3/32 pol), desbaste: 9 mm, velocidade em vazio: 17.000 rpm, acompanha: conjunto do calibrador da faca, guia reta, faca da plaina e chave soquete, referência: Makita KP0800, Vonder ou qualidade superior.	434467	1	2	UN	567,67	1.135,34	449052	38
51	Rogadeira Lateral, tipo motor: 2 tempos à gasolina, cilindrada: 35,2 cc, potência: 1,7 kw (2,3 cv), rotação máxima: 12.500 rpm, rotação na lenta: 2.800 rpm, capacidade do tanque de combustível: 580 ml, acompanha: cinto duplo de suporte, cabeçote de fio de nylon, referência: Stihl FS220, Husqvarna ou qualidade superior.	263169	1	2	UN	999,38	1.998,76	449052	40
52	Serra Circular Industrial de precisão de bancada, com disco de 10" (254 mm), extensão deslizando de largura, botão de acionamento com trava de segurança, velocidade de rotação de 4300 RPM ou superior, potência de 1650W ou superior, tensão de 127 V, eixos inclináveis, com ajuste manual, permitindo cortar painéis amadeirados, madeira maciça e plástico, em ângulos de 45° e 90°, uma saída para extração de poeira. Interruptor com chave de segurança contra acionamento acidental. Deve incluir: lâmina de serra 10", guarda de proteção, volante e régua de corte. Referências: DWE7470-BR DEWALT, MAKITA-2703, BOSCH-GTS254 ou qualidade superior.	468596	1	2	UN	1.582,80	3.165,60	449052	38
53	Serra Circular Manual, potência nominal absorvida: 1.500 W, tensão: 110 V, diâmetro do disco de serra: 184 mm, rotações em vazio: 6.000 – 6.000 rpm, diâmetro interior do furo do disco de serra: 15,9 mm, placa de guia: 290 x 150 mm, capacidade de corte em madeira (90°): 64 mm, capacidade de corte em madeira (45°): 45 mm, valor de emissão de vibrações ah: 2,4 m/s², incerteza K: 1,5 m/s², referência Bosch GKS-150-2D, Makita ou qualidade superior	302118	1	2	UN	614,40	1.228,80	449052	38
54	Soprador térmico, potência: 2000 W, com 3 estágios, tensão: 110 V, frequência: 60 hz, com seguintes acessórios: 1 bocal plano, 1 bocal de desvio, 1 bocal de ponta e 1 bocal de deflexão, referência: Vonder STV200, Wap ou qualidade superior.	391294	2	3	UN	201,00	603,00	449052	38
55	Soprador, tipo: costal, capacidade do tanque de combustível: 1,5 litros, cilindrada: 56,5 cm³, peso aproximado: 9,1 Kg, potência: 2,6 Kw (3,54 cv), pressão sonora: 101 dB(A), velocidade do ar: 78 m/s, volume de ar com tubeira: 1.260 m³/h, potência sonora: 108 dB(A), vazão de ar: 1.260 m³/h, rotação máxima: 7.250 rpm, rotação lenta: 3.100 rpm, força de sopra: 19 N, nível de potência sonora: 109 dB(A), valor de vibração: 1,9 m/s², referência: Stihl BR 420, Husqvarna ou qualidade superior.	449909	3	4	UN	1.875,66	7.502,64	449052	40
56	Termômetro Digital Infravermelho com Mira a Laser, sistema de medição por infravermelho, display LCD de 3 1/2, dígitos coloridos, faixas de medição (Infravermelho): -50 a 800°C, faixas de medição (termopar): -40 a 1000°C, resolução: (0,1°C / 0,1°F), mudança de faixa: automática, resposta espectral: 8 a 14 um, emissividade ajustável de 0,1~1,0, campo de visão: 12:1, precisão básica: 1,5% + 2° C, conformidade laser classe II, alimentação: bateria 9 V, referência: Minipa MT-350A, Vonder ou qualidade superior.	443420	1	2	UN	575,33	1.150,66	449052	04
57	Termômetro, tipo: Termovisor, instrumento portátil, tipo: digital, aplicacao: detecção de pontos de calor em quadros elétricos, faixa de medicao: -20 a 400 graus, categoria: CAT IV, dimensao: 89 x 127 x 25 mm, referência: Fluke PTi120, Minipa ou qualidade superior.	600067	1	2	UN	4.186,00	8.372,00	449052	04

TOTAL R\$ 289.637,18



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Relação de Itens
Data/Hora de Criação:	19/01/2024 12:24:01
Páginas do Documento:	3
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	4
Hash MD5:	66b1c973f1de6bff4f19b2d11d875252
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ALISSON DA GUARDA no dia 26/01/2024 às 11:54:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LUIZ HENRIQUE LAGES NOLASCO no dia 05/02/2024 às 16:48:45 no horário oficial de Brasília.

Estudo Técnico Preliminar 93/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 67261.006699/2023-16

2. Descrição da necessidade

1. Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Oficinas (Material Permanente), conforme Anexo I - Relação de Itens, com a finalidade de atender às necessidades da Base Aérea de Campo Grande (BACG).
2. O Esquadrão de Infraestrutura (EIE) da BACG realiza o atendimento de ordens de serviço para manutenção predial das instalações da BACG, visando prover uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades dos diversos setores da BACG
3. A aquisição destes materiais visa atender a necessidade de equipar adequadamente as oficinas da Seção de Serviços Gerais (SSG) do EIE com a finalidade de realizar os serviços de manutenção predial das instalações da BACG.
4. Torna-se fundamental a aquisição destes materiais para a prestação do serviço de manutenção das instalações da BACG devido à necessidade de realizar as manutenções preventivas e corretivas, garantindo assim as condições de infraestrutura adequada para o trabalho dos profissionais que utilizam das instalações da BACG, uma vez que a interrupção dos serviços das oficinas da SSG pode comprometer o funcionamento das atividades finalísticas dos setores da BACG e o cumprimento da missão institucional.
5. Cabe informar que o EIE atua como consolidador das demandas deste tipo de material para todos os setores da BACG que fazem uso dele e que a falta destes materiais afeta diretamente a segurança do trabalho e o desempenho dos setores da BACG, impossibilitando a conservação e manutenção de suas instalações, trazendo prejuízos para a realização dos seus serviços rotineiros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ESQUADRÃO DE INFRAESTRUTURA	2º Ten QOCON ELT ALISSON DA GUARDA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
2. De acordo com as previsões do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão exigidos neste certame os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
 - 2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - 2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seu similares;
 - 2.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - 2.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
3. Na presente contratação será admitida a indicação marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista que a descrição do objeto a ser licitado será mais bem compreendida pela identificação das marcas ou modelos contidos no

Anexo I - Relação de Itens, aptos a servir apenas como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, utilizando-se neste caso os termos “equivalente, similar ou qualidade superior”.

4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

5. Por ser uma contratação de bens comuns, não haverá a necessidade de garantia da contratação, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

Referente quanto à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com base nas recomendações provenientes do Parecer nº 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, da Advocacia-Geral da União, instituiu-se a necessidade de incluir as cláusulas abaixo:

1. A partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado.

1.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros, ressalvados contratos específicos para tratamento de dados firmados de acordo com os ditames dessa Lei.

1.1.1. Nas hipóteses em que cabível a contratação de suboperador, a Administração e o controlador deverão ser mantidos informados sobre todos os contratos de suboperação existentes e comunicados imediatamente sempre que nova contratação ocorra.

1.2. A transferência internacional de dados somente será admitida nas hipóteses do art. 33 da LGPD e a empresa responderá legalmente caso desrespeite as disposições desta Lei.

1.3. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da empresa eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

1.4. É dever da empresa orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

1.5. Caso seja admitida subcontratação, o instrumento de subcontratação deverá estabelecer para a subcontratada os deveres da presente cláusula expressamente.

1.6. A Administração poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender os pedidos de comprovação eventualmente efetuados.

1.7. Diante de eventual solicitação de titular de dados, a contratada deverá prestar as informações a que alude o art. 9º da LGPD ou, em sendo o caso, informação acerca do descarte realizado.

1.8. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos; os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável [46], a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5. Levantamento de Mercado

1. A equipe de planejamento realizou o levantamento de soluções do mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet, consulta a publicações especializadas e pesquisa junto a fornecedores, cujo resultado desta análise resume-se em duas alternativas possíveis de soluções:

1.1. Solução 1: Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Material Permanente)

a) Nesta alternativa verificou-se como ponto positivo que a aquisição de máquinas e equipamentos trará maior disponibilidade para as oficinas da SSG, o que facilita a execução dos serviços e agiliza a resolução dos problemas de infraestrutura solicitadas por meio de Ordens de Serviço, trazendo maior segurança e qualidade de trabalho para os setores da BACG.

b) Como ponto negativo, observou-se que a aquisição trará um gasto inicial maior de recursos financeiros.

1. Solução 2: Aluguel de Máquinas e Equipamentos

a) Nesta alternativa verificou-se como ponto positivo uma economia inicial de recursos financeiros, levando em conta o valor da locação ser de menor custo do que a aquisição do material.

b) Como ponto negativo, observou-se que a locação traria menos disponibilidade de pronto emprego dos materiais, o que resultaria em atraso na execução dos serviços das oficinas da SSG, trazendo prejuízos para os serviços dos setores da BACG. Outro ponto importante a salientar seria que os possíveis danos causados ao material ensejam em cobranças adicionais ou até mesmo sua reposição.

1. Comparação: Solução 1 x Solução 2

Tendo em vista a análise das soluções encontradas, esta equipe de planejamento optou pela Solução 1 (Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Material Permanente)), tendo em vista que, por se tratar de material permanente, cuja durabilidade deste tipo de material gira em torno de 3 a 4 anos em média, o custo da aquisição será diluído pelo tempo de durabilidade. Sendo assim, a longo prazo, a aquisição trará um custo bem menor do que o aluguel, além de oferecer uma pronta resposta na execução dos serviços das oficinas da SSG, por causa da disponibilidade imediata das máquinas e equipamentos.

6. Descrição da solução como um todo

1. Aquisição de máquinas e equipamentos para oficinas, conforme Anexo I - Relação de Itens, com a finalidade de atender as necessidades da Base Aérea de Campo Grande (BACG), a ser realizada por meio de pregão eletrônico.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. A estimativa das quantidades a serem adquiridas foram obtidas em função do histórico de aquisição dos 03 (três) últimos anos e também de sua provável utilização, conforme Anexo II - Justificativa da Demanda, atendo-se a eventuais ocorrências vindouras capazes de impactar o quantitativo demandado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

1. O custo estimado da aquisição é de R\$ 289.637,18 (duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e trinta e sete reais e dezoito centavos), cujos valores foram obtidos a partir de orçamentos captados no Painel de Preços do Governo Federal.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. A equipe de planejamento avaliou que a solução é divisível em itens, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que é técnica e economicamente viável a sua divisão, pois não há perda de escala e há um melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. Por se tratar de uma de uma demanda recorrente, este processo possui correlação com o seu anterior, Pregão nº 39 /2022, NUP: 67261.009667/2022-91, referente a aquisição de Máquinas e Equipamentos para Oficinas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1. O processo de aquisição dos materiais foi planejado com base no Calendário Anual de Licitações para o ano de 2023, item nº 54, código do processo no PTA nº BACG23MAT028.

12. Resultados Pretendidos

1. Atender às necessidades de fornecimento de máquinas e equipamentos para oficinas, com a finalidade de que os setores da BACG, que utilizam este tipo de material, possam realizar suas atividades de conservação e manutenção com efetividade e desenvolvimento sustentável.
2. A aquisição destes itens trará ganhos diretos e indiretos em termos de segurança, economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, pois irá possibilitar a realização das atividades rotineiras dos setores que utilizam tais máquinas e equipamentos.

13. Providências a serem Adotadas

1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. Os possíveis impactos ambientais, tais como a degradação do meio ambiente, que podem ocorrer desde a produção ao descarte dos materiais, poderão ser sanados com a exigência do fornecimento de produtos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada, segundo os padrões de sustentabilidade.
2. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto **cujo fabricante** esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:
 - 2.1. **Aspirador de pó / líquido e Chuveiros Elétricos** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; - a fabricação de aspiradores de pó, enceradeiras, processadores de alimentos, liquidificadores, ozonizadores, chuveiros elétricos, torradeiras, ventiladores e outros eletrodomésticos;
 - 2.2. **Balança Digital de Bancada e Balança Digital para Refrigeração** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; - a fabricação de balanças de precisão eletrônicas digitais;
 - 2.3. **Alicate Amperímetro, Alicate Wattímetro e Multímetro** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; - a fabricação de instrumentos de medida elétricos e eletrônicos (osciloscópios, amperímetros, voltímetros, etc.);
 - 2.4. **Motosserras** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de motosserra;
 - 2.5. **Aquecedor Elétrico** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos - a fabricação de fornos, fogareiros, churrasqueiras, grelhas e aquecedores domésticos, elétricos;
 - 2.6. **Bombas Centrífugas e Motobombas** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de bombas hidráulicas centrífugas, rotativas ou de pistão, de baixa ou alta pressão;

- 2.7. **Compressores de Ar** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de compressores de ar estacionários ou portáteis, equipados ou não com motores elétricos, para uso não-industrial;
- 2.8. **Conjunto Manifold** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de peças e acessórios para aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial;
- 2.9. **Elevador Automotivo** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de elevadores de carga, empilhadeiras, carregadores mecânicos, macacos hidráulicos, pontes rolantes e outros aparelhos para carga, descarga e manipulação de mercadorias;
- 2.10. **Esmerilhadeira, Furadeira, Serras, Parafusadeiras, Lixadeiras, Martelete Perfurador/Rompedor e Serra Circular** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de ferramentas manuais elétricas (furadeiras, lixadeiras, politrizes, serras, etc.) e de funcionamento com ar comprimido;
- 2.11. **Lavadoras Alta Pressão, Limpadora e Secadora de Pisos e Máquina para Limpeza de Ar Condicionado** – FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos para lavanderias, tinturarias e semelhantes (lavadoras e secadoras comerciais, máquinas de limpeza a seco, etc.);
- 2.12. **Máquinas de Solda** - FTE - Categoria: Indústria de Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico de superfície; - a fabricação de máquinas de solda que utilizem raio laser, impulsos magnéticos, etc.;
- 2.13. **Termômetro Digital e Termovisor** – FTE - Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos - a fabricação de instrumentos de medida eletrônicos digitais para uso técnico e profissional (esquadros, altímetros, anemômetros, barômetros, bússolas, escalas de redução, gasômetros, hidrômetros, pluviômetros, taxímetros, tacômetros, velocímetros, termômetros, paquímetro, etc.); e
- 2.14. Só será admitida a oferta de **Aspirador de Pó** que possua Selo Ruído indicativo do nível 70 dB de potência sonora, nos termos da Portaria INMETRO nº 430, de 2012, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, da Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 18/02/2004 e da Portaria INMETRO nº 430, de 16/08/2012, alterada pela Portaria INMETRO nº 388, de 06/08/2013.
- 2.15. Só será admitida a oferta de **Chuveiros, Aquecedores Elétricos, Bombas e Motobombas Centrífuga e Motores Elétricos Trifásicos** que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe (s) “A” ou “B”, nos termos das Portarias INMETRO nº 455, de 01/12/2010, 42, de 24/02/2021 e nº 488, de 08/12/2010, que aprovam os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista atender as demandas de máquinas e equipamentos para oficinas e setores da Base Aérea de Campo Grande (BACG), possibilitando a realização de suas atividades rotineiras de conservação e manutenção de instalações e equipamentos, além da limpeza das áreas verdes no perímetro da OM com a devida segurança, efetividade e desenvolvimento sustentável, e diante da prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALISSON DA GUARDA

Membro da comissão de contratação

WESLEY BARLATTI DE MACEDO

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	19/01/2024 12:23:27
Páginas do Documento:	6
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	7
Hash MD5:	8596fc661e31750fa0a4aef7a18803fc
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ALISSON DA GUARDA no dia 26/01/2024 às 11:54:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LUIZ HENRIQUE LAGES NOLASCO no dia 05/02/2024 às 16:48:45 no horário oficial de Brasília.

Anexo II – Justificativa da Demanda							
Item	Descrição / Especificação	Aquisição 2021	Aquisição 2022	Aquisição 2023	Aquisição Média	Qtde Máxima	Observação
1	Alicate Amperímetro, tipo: digital, corrente: 1000 A CA RMS / 1000 A CC, voltagem: 600 V CA / 600 V CC, resistência: 60 OHMS, frequência: 500 HZ, CAT III 1000 V, abertura da garra: 30 mm, aplicação: eletricidade, resposta CA: TRUE RMS, referência: Fluke 305, Minipa ou qualidade superior.	2	0	3	2	2	Equipamento utilizado para medição de corrente elétrica e afins, cuja aplicação será realizar o acompanhamento do estado dos equipamentos de cozinha industrial da SSUB, bem como identificação da necessidade de manutenções preventivas e corretivas, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para a SSUBS. Por se tratar de Registro de Preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
2	Alicate Wattímetro, potência ativa: 600 KW, potência aparente: 600 KVA, potência reativa: 600 KVAR, fator de potência: 1000, tensão AC: 600 V, corrente AC: 1000 A, características adicionais: Categoria III 600 V de segurança, leitura TRUE RMS, Display LCD de 4 dígitos, abertura da garra de 50 mm, referência: Minipa ET-4080, Fluke ou qualidade superior.	0	0	1	0	2	Equipamento utilizado para medição de potência elétrica e afins, cuja aplicação será realizar o acompanhamento do estado dos equipamentos de cozinha industrial da SSUB, bem como identificação da necessidade de manutenções preventivas e corretivas, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para a SSUBS. Por se tratar de Registro de Preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
3	Aquecedor de Água Elétrico, para torneiras e monocomandos, tensão elétrica: 220 V, potência: 5500 W, pressão de funcionamento mínima: 2 mca, pressão de funcionamento máxima: 20 mca, cor: branco, referência: Lorenzetti Aquecedor Versátil 220V 5500W, Fame ou qualidade superior.	2	0	0	1	2	Equipamento utilizado para aquecimento de água, cuja aplicação será a adequação do Xadrez, com a finalidade de fornecer água quente para o banho dos presos sem a utilização de chuveiros elétricos, o que poderia oferecer risco à integridade física deles, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o Xadrez.
4	Aspirador de Pó e Água - Profissional, potência motor: 1300 W, tensão alimentação: 110/220 V, capacidade: 20 L, características adicionais: bicos aspiradores e mangueiras, referência: Eletrolux GT3000, WAP ou qualidade superior.	0	0	3	1	5	Equipamento utilizado para limpeza em geral, havendo a necessidade de substituição em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, para atender a demanda de 3 UN para o GLOG (limpeza de aeronaves), 1 UN para a Banda de Música - BM (limpeza da Sala de Ensaios) e 1 UN para a SHEE (limpeza de acomodações).
5	Balança Digital de Bancada, com coluna articulada medindo aproximadamente 575 mm, base em aço carbono SAE 1020, plataforma de pesagem em aço inoxidável AISI 304 com acabamento escovado, capacidade de pesagem: 300 kg x 50 g (divisão), dimensões aproximadas da plataforma: 400 mm (largura) x 500 mm (profundidade) x 120 mm (altura), alimentação: bívolt + bateria, indicador remoto com display LCD, 06 dígitos, medindo aproximadamente 200 mm (largura) x 183 mm (altura) x 155 mm (profundidade), referência: Toledo 2099 ou qualidade superior.	0	0	1	0	2	Equipamento utilizado para pesagem, cuja aplicação será dentro da cozinha e câmara fria, de forma a não expor os gêneros alimentícios a ambientes externos, o que prejudicaria a segurança alimentar podendo causar contaminação cruzada, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para a SSUBS. Por se tratar de Registro de Preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
6	Balança Digital para Refrigeração, capacidade pesagem: 100 KG, display LCD com iluminação, mesa removível, resolução: 5 g, precisão: 0,05% rdg + 10g, fonte de alimentação: baterias 5 pilhas AA, características adicionais: com maleta, referência: Surya ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para pesagem de gás refrigerante usado nas manutenções de condicionadores de ar, cuja aplicação será na Oficina de Climatização, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o EIE. Por se tratar de Registro de Preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
7	Bancada Aberta, comprimento: 2 m, largura: 60 cm, altura: 92 cm, pintura eletroestática, tampo: compensado naval envernizado 40 mm, tratamento antiferrugem, capacidade: 400 kg, com 3 gavetas com porta cadeados, referência: Fercar 203CD, Beta ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Material utilizado para organizar e otimizar manutenções realizadas por oficinas, cuja aplicação será nas oficinas do GLOG, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o GLOG.
8	Bomba Centrífuga não Submersa, motor trifásico, potência: 3 CV, voltagem: 220 / 380 V, Sucção: 1 1/2 pol, Recalque: 1 pol, Pressão máxima sem vazão: 45 m.c.a., rotor: 155 mm, vazão máxima: 13,7 m³/h (pressão: 36 m.c.a.), vazão mínima: 5 m³/h (pressão: 44 m.c.a.), motor elétrico IP-21 com flange incorporada, referência: Schneider, Dancor ou qualidade superior.	1	0	0	0	2	Equipamento utilizado para o fornecimento de água potável para os setores da BACC, havendo a necessidade de estoque deste material para substituição imediata, em caso de eventual pane dos equipamentos em utilização, sendo 2 UN para o EIE.
9	Bomba de Vácuo, 12 CFM Duplo Estágio, material: alumínio fundido, vazão: 283 L/min, tensão: 110/220 V, motor: 1 HP, vácuo máximo: 40~150 Microns, referência: Surya, Ecotools ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para manutenção de condicionadores de ar, cuja aplicação será na Oficina de Climatização, havendo a necessidade de substituição devido ao desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o EIE, Oficina de Climatização.
10	Caneta gravadora elétrica, aplicações: gravação em objetos, corpo emborrachado, potência: 35 W, velocidade: 6.000 RPM, 7.200 pulsos por minuto, voltagem: 110 V, inclui: régua de letras / números e broca de carboneto (9924), referência: Dremel 290, Vonder ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Equipamento utilizado para gravação em objetos, cuja aplicação será gravar informações como nº de BMP, nº de série, etc em equipamentos, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o GLOG e 1 UN para o EIE.
11	Carrinho de Carga para Armazém, capacidade: 400 kg, medindo: 117 cm (altura) x 35 cm (largura), pneus maciços de borracha: 228 mm, diâmetro do eixo: 25,4 mm, referência: Linus, Vonder ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado para transporte de materiais em estoques e armazéns, cuja aplicação será no almoxarifado do Rancho, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para a SSUBS.
12	Carrinho de Mão, material caçamba: chapa de aço carbono nº 22, quantidade roda: 1 un, tipo roda: pneu com câmara de 325 mm x 8 mm, capacidade caçamba: 60 L, características adicionais: caçamba reta, referência: Vonder, Tramontina ou qualidade superior.	0	0	1	0	4	Equipamento utilizado para serviços de alvenaria, cuja aplicação será na Oficina de Obras (serviços de alvenaria) e também na Célula de Contra Incêndio (ações de combate a incêndio), havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 3 UN para o EIE e 1 UN para a CCI.
13	Carrinho Plataforma de Aço, capacidade de carga: 600 kg, tipo do assoalho: metálico aço carbono, medidas da plataforma: 1500 mm x 800 mm, altura da plataforma: 400 mm, altura do cabo: 1000 mm, peso aproximado: 54 kg, referência: Bumafar, Lynus ou qualidade superior.	0	0	2	1	3	Equipamento utilizado para transporte de materiais em geral, cuja aplicação será na SSUBS (gêneros alimentícios) e no GSD (materiais de sinalização, exercícios de campanha, etc), havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para a SSUBS e 1 UN para o GSD.
14	Cavelete de Apoio Automotivo, construção robusta em aço soldado, regulagem de altura com pino, capacidade: 4.000Kg, dimensões da base: 271 x 271 mm, altura mínima: 315 mm, altura máxima: 475 mm, com 2 unidades, Bovenau CTN4, Marcon ou qualidade superior.	0	0	0	0	8	Equipamento utilizado para suspensão de veículos, cuja aplicação será na manutenção de viaturas e Unidade Rebocadora de Aeronaves, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 4 UN para o GLOG e 4 UN para o EIE.
15	Chuveiro Elétrico, material: termoplástico, variações temperatura água: 3, cor: branca, potência: 5.500 W, tensão operação: 220 V, características adicionais: mangueira e ducha manual, acompanha cano/braço, referência: Lorenzetti, Hydra ou qualidade superior.	0	0	0	0	50	Material utilizado no aquecimento de água para banho, cuja aplicação será nos alojamentos de Oficiais, Graduados, Cabos e Soldados do GSD, Banda de Música, Célula de Contraincêndio e EIE, além de apartamentos do HTO, havendo a necessidade de aquisição para atender as demandas de 36 UN para o GSD, 5 UN para o EIE, 5 UN para a BM, 2 UN para a CCI e 2 UN para a SHEE.
16	Compressor de Ar 10 Pés 100 litros 2HP 140 psi, tensão 110/220 V, deslocamento teórico: 10 pcm - 283 L/min, pressão de operação máxima: 140 lbf/pol² - 9,7 bar, pressão de operação mínima: 100 lbf/pol² - 6,9 bar, nº de estágios: 1, nº de pistões: 2 - V, potência do motor: 2 HP - 1,35 KW, número de polos: 2, volume do reservatório: 100 litros, referência: Schulz Pro CSV 10/100, Atlas Copco ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado em serviços com ar comprimido, cuja aplicação será na Célula Contraincêndio e no GLOG (EMB), havendo a necessidade de aquisição para atender as demandas de 1 UN para o GLOG e 1 UN para a CCI.
17	Conjunto Flangeador e Alargador de Tubos de Cobre, contendo 1 flangeador comum, 2 morsa, 5 alargadores (3/16", 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8" e 3/4"), 1 cortador de tubos (1/8" a 1-1/8" [3-28]), 1 chave catraca (1/4", 3/8", 3/16" e 5/16") e 1 maleta reforçada, referência: Ecotools, Coldpac ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado em manutenção de ar condicionado, cuja aplicação será na Oficina de Climatização e também no GLOG, havendo a necessidade de substituição devido ao desgaste natural pelo tempo de utilização, com a finalidade de atender a demanda de 1 UN para o GLOG e 1 UN para o EIE.
18	Conjunto Manifold, material: latão forjado de alta resistência, componentes: conjunto de válvulas e 2 manômetros, aplicação: gases R22 / R410, com jogo de mangueiras universal 1/4" de 90 cm, capa de proteção para os manômetros, visor de gás, referência: Surya, Vulkan ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado em manutenção de ar condicionado, cuja aplicação será na Oficina de Climatização, havendo a necessidade de substituição devido ao desgaste natural pelo tempo de utilização, com a finalidade de atender a demanda de 2 UN para o EIE, por se tratar de duas equipes na oficina.
19	Desentupidora elétrica, para desentupimentos em tubulações de pias, tanques, esgotos, entre outros, com diâmetro de 3/4" a 4", potência: 390 W, tensão: 110 V, frequência: 60 Hz, rotação do motor: 400 RPM, com sistema de reversão e embreagem, acompanha: 01 chave, 08 lanças de 2,3 metros de cabo flexível de 16 mm, 01 lança de 5 metros de cabo flexível de 8 mm, 08 acessórios para trabalhos diversos, referência: Vonder DV390, Alkamac ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado nos serviços de desentupimento de tubulações de esgoto, cuja aplicação será na Oficina de Hidráulica, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o EIE, por se tratar de duas equipes na oficina.
20	Detector de fuga de gás refrigerante, tempo de vida da célula: aprox. 80 a 100 h (equivalente a aprox. 1 ano), sensibilidade: 4 g/a (0.15 oz/a), unidade de operação: 20 a 80 %rF, padrões: EN14624:2012, SAE J1627, EU-/EG-orientações, 2004/108/EG, tipo de bateria: 2 x D, durabilidade: duração da bateria até 16 horas, temperatura de operação: -20 a +50 °C, detectável: R22, R134a, R404A, R410A, R507, R438A, todos os CFCs, HFCs, e HCFCs, inclui bateria, referência: Testo 316-3, Shurya ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado nos serviços de manutenção de ar condicionado, cuja aplicação será na Oficina de Climatização, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o EIE, por se tratar de duas equipes na Oficina de Climatização.
21	Elevador Automotivo, lubrificação a graxa, capacidade de carga: 4100 Kg, motores elétricos: 2 x 4 CV, tensão elétrica: 220 V, trifásico, sistema de elevação: 2 fusos em aço trellado SAE 1020, com roscas e porcas de trabalho e segurança em nylon 6.6 encamisadas em aço, transmissão entre colunas: por corrente e engrenagens, acionamento: por alavanca manual, com chave elétrica reversora, colunas: monobloco em aço ASTM A36, altura das colunas : 2.485 mm, altura de elevação: 1.900 mm, largura da base: 3.400 mm, comprimento da base: 1.350 mm, largura entre colunas: 2.760 mm, largura entre carrinhos: 2.500 mm, tempo de elevação: 48 seg, peso bruto do equipamento: 874 kg, referência: Engecass EC-4100 ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado nos serviços de manutenção de veículos, cuja aplicação será na manutenção de Unidade Rebocadora de Aeronaves e Empilhadeiras, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GLOG. Por se tratar de registro de preços a quantidade máxima passa ser 2 UN.
22	Escada de Alumínio, tipo: articulada de abrir, com 7 degraus, dimensões: altura: 1,98 m, largura: 51 cm, peso máximo suportado: 120 Kg, pés e degraus antiderrapantes, travamento na plataforma superior, com fita de segurança, referência: Mor 5105, Alumasa ou qualidade superior.	0	0	0	0	5	Material utilizado em serviços em altura, cuja aplicação será nas manutenções realizadas pelas oficinas, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para a SSUBS, 2 UN para o GSD, 1 UN para a BM e 1 UN para a CCI.
23	Escada de Alumínio, tipo: articulada, com 16 degraus (4 x 4), dimensões: altura máxima: 4,71 m, largura: 70,5 cm, peso máximo suportado: 150 Kg, pés e degraus antiderrapantes, travamento automático, referência: Mor 5134, Alumasa ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Material utilizado em serviços em altura, cuja aplicação será nas manutenções realizadas pelas oficinas, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para a SSUBS, 1 UN para o GSD e 1 UN para a SHEE.
24	Escada de Alumínio, tipo: extensível e articulada, com 16 degraus (2 x 8), dimensões: altura máxima: 4,21 m, largura: 59 cm, peso máximo suportado: 150 Kg, pés e degraus antiderrapantes, travamento no degrau superior, com roldanas deslizantes, referência: Mor 5204, Alumasa ou qualidade superior.	0	0	0	0	4	Material utilizado em serviços em altura, cuja aplicação será nas manutenções realizadas pelas oficinas de Elétrica, Hidráulica, Climatização e Obras, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 4 UN para o EIE.
25	Escada de Fibra de Vidro, tipo: extensível, com 16 degraus (10 / 16), dimensões: altura máxima: 4,80 m, peso máximo suportado: 120 Kg, pés e degraus antiderrapantes, travamento automático, referência: Rotterman ESC30480, Wbertolo ou qualidade superior.	0	0	1	0	3	Material utilizado em serviços em altura, cuja aplicação será nas manutenções realizadas pelas oficinas que trabalham com eletricidade, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GSD, 1 UN para a CCI e 1 UN para o EIE.
26	Esmerilhadeira Angular, voltagem: 127 V, potência: 850 W, rotação: 11.000 RPM sem carga, diâmetro do disco: 4 1/2 Pol (115 mm), eixo: M-14, acompanhar punho auxiliar, chave de pinos, capa de proteção, flange, porca de aperto e maleta, referência: Bosch GWS-850-3D, Makita ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado para cortes e desbastes em materiais metálicos de perfis de alumínio a chapas de ferro fundido, cuja aplicação será para a equipe de manutenção da vigilância eletrônica, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GSD. Por se tratar de registro de preços a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
27	Etiquetadora / Rotuladora Eletrônica, visor de cristal líquido de 12 caracteres, 54 variações de fontes em 6 tamanhos e 9 estilos (Normal, Negrito, Contorno, Sombra, Itálico, Itálico Sublinhado, Negrito Itálico, Shadow Italic, Vertical), 5 estilos de molduras, 71 Símbolos, resolução de 230 dpi, velocidade de impressão 7,5 mm/seg, altura máxima de impressão 7 mm, impressão até 9 multi-cópias, utiliza fitas M de 9 mm e 12 mm em diversas cores, imprime automaticamente data e hora, imprime em até 2 linhas, funciona com 4 pilhas alcalinas "AAA", inclui 01 fita inicial "M" (4 metros) preto sobre branco, referência: Brother PT-80, Epson ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Equipamento utilizado para produzir e imprimir etiquetas, cuja aplicação será para etiquetar painéis e circuitos elétricos e eletrônicos, como exemplo das câmeras de vigilância, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GSD e 2 UN para o EIE (Oficinas de Elétrica e Climatização).

Anexo II – Justificativa da Demanda							
Item	Descrição / Especificação	Aquisição 2021	Aquisição 2022	Aquisição 2023	Aquisição Média	Qtde Máxima	Observação
28	Ferro de solda, aquecimento rápido, resistência de cerâmica com filamento de níquel-cromo, tensão: 110 V, potência: 90 W, temperatura máxima: 375° C, comprimento: 280 mm, referência: modelo Hikari 21K018/9, Lianai ou superior.	0	0	0	0	7	Equipamento utilizado em serviços de solda de componentes eletrônicos, cuja aplicação será na oficina de Climatização do EIE, oficinas do GLOG e Equipe de manutenção da Vigilância Eletrônica, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 5 UN para o GLOG, 1 UN para o GSD e 1 UN para o EIE.
29	Furadeira de Bancada 5/8", tensão: 220 V, potência do motor: 1/2 hp, rotação máxima: 3.100 rpm, 5 velocidades, profundidade de perfuração: 60 mm, tipo de encaixe do eixo da furadeira: cone B-16, chave liga/desliga com dispositivo de segurança, mesa giratória inclinável, lâmpada para iluminação da área do furo e alavanca de avanço com 3 braços, acompanha: motor, mandril com chave, polia e correia K-31, referência: Vonder FBV016, Motomil ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para fazer furos com precisão, cuja aplicação será nas oficinas do GLOG, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o GLOG.
30	Furadeira de Impacto, potência 800 W, 2 velocidades, rotação: 0 - 1.100 rpm / 0 - 3.000 rpm, capacidade de perfuração (0 - 1.100 rpm): concreto: 20 mm, madeira: 40 mm, aço: 13 mm, capacidade de perfuração (0 - 3.000 rpm): concreto: 13 mm, madeira: 25 mm, aço: 8 mm, mandril: 1/2 pol (13 mm), voltagem: 127 V, empunhadura lateral, interruptor com seletor de reverso, botão de uso contínuo, acompanha: mandril com chave, limitador de profundidade e punho auxiliar, referência: Bosch GSB20-2, Dewalt ou qualidade superior.	3	0	5	3	2	Equipamento utilizado para a perfuração e quebra de superfícies de maior resistência, como paredes de bloco, concreto ou tijolo, cuja aplicação será nas oficinas do GLOG, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o GLOG.
31	Furadeira e Parafusadeira de Impacto 12 V, com 2 baterias de lítio, carregador bivolt, 2 velocidades, sem fio, mandril: 3/8 pol (10 mm), rotação baixa: 0 - 450 rpm, rotação alta: 0 - 1.700 rpm, capacidades de perfuração: aço: 10 mm, madeira: 21 mm, alvenaria: 8 mm, acompanha: 2 baterias, carregador, bit e maleta, referência: Makita HP333DWYE, Dewalt ou qualidade superior.	0	0	10	3	14	Equipamento utilizado para perfurar materiais e também para apertar e retirar parafusos, cuja aplicação será nas manutenções realizadas por oficinas, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 9 UN para o GLOG, 3 UN para o GSD, 1 UN para a CCI e 1 UN para a SHEE.
32	Lavadora de Alta Pressão Industrial, água fria, tensão: 220 V, potência: 5.000 W, pressão: 150 bar (2.175 lb/pol²), vazão: 800 L/H, referência: Karcher HD 8/15, ou lavadora superior.	0	0	0	0	5	Equipamento utilizado em limpeza pesada, para remover sujeiras como poeira, graxa e manchas de superfícies em geral, cuja aplicação será na limpeza de aeronaves, viaturas e apartamentos do HTO, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o GLOG, 1 UN para a SHEE e 2 UN para a STS.
33	Lavadora de Alta Pressão, vazão: 330 L/H, pressão: 1500 psi, voltagem: 127 V, potência: 1.400 W, motor: indução, comprimento da mangueira de alta pressão: 3 m, acompanha: pistola de alta pressão com trava de segurança, baloneta com conexão rápida, lança com bico de alta pressão regulável (concentrado e leque), mangueira de alta pressão de 3 metros, engate rápido, agulha de limpeza do bico de alta pressão, referência: Wap Eco Fit 2200, Stihl ou qualidade superior.	4	0	1	2	2	Equipamento utilizado em limpeza leve, para remover sujeiras como poeira, graxa e manchas de superfícies em geral, cuja aplicação será na limpeza dos refeitórios e cozinha da SSUBS, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para a SSUBS. Por se tratar de registro de preços a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
34	Limpadora e secadora de pisos com cabeçote tipo disco e 50 litros de capacidade em cada tanque, indicada para área de até 3.000 m², acionamento: elétrico, tensão: 220 V, produtividade teórica / prática (m² / h): 2.040 / 1.020, faixa de trabalho: 510 mm, tanque de água limpa / suja (L): 50 / 50, tipo do cabeçote: disco, autonomia média: 3 horas, nível de ruído: 66 dB(A), peso: 134 kg, referência: Karcher BD50/50, Jacto Clean ou qualidade superior.	0	0	3	1	3	Equipamento utilizado para remover sujeiras, higienizar pisos e garantir um aspecto de limpeza, cuja aplicação será na limpeza dos hangares e também do HTO, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o GLOG e 1 UN para a SHEE.
35	Lixadeira Roto Orbital, para madeira e metal, disco de lixa, tensão: 127 V, potência: 250 W, 6 velocidades, rotação: 4.500 a 12.000 rpm, velocidade de oscilação: 15.000 a 24.000 opm, diâmetro da lixa: 125 mm, fixação da lixa: velcro, acompanha: coletor de pó com sistema microfiltro, prato de lixa macia (standard), disco de lixa (velcro), referência: Bosch GEX125-1AE, Makita ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado em atividades como lixamentos, acabamentos e nivelamentos, cuja aplicação será oficina de pintura do GLOG, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GLOG. Por se tratar de registro de preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
36	Macaco Hidráulico Manual Tipo Jacaré, capacidade: 5 Ton, comprimento: 1.370 mm, largura: 160 mm, altura mínima: 165 mm, altura máxima: 550 mm, estrutura em aço de alta resistência e garras no prato de apoio (evitar deslizamento), cabo resistente, pedal de acionamento rápido, rodízio em poliuretano de alta resistência, referência: Ribeiro RM0003, Marcon ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado para elevar objetos e cargas pesadas, em serviços rápidos, cuja aplicação será na Oficina de URA e UFT, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GLOG. Por se tratar de registro de preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
37	Macaco Hidráulico, tipo: garrafa, capacidade: 2 Ton, altura de construção: 181 mm, dimensões da base: 85 x 92 mm, curso de elevação hidráulica: 116 mm, curso do fuso: 48 mm, altura total: 345 mm, diâmetro da cabeça de apoio: 21 mm, comprimento da alavanca: 260 mm, referência: Bovenau CJ2700, EDA ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado para elevar objetos e cargas pesadas, em serviços mais demorados, cuja aplicação será na Oficina de URA e UFT, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o GLOG.
38	Máquina de costura, tipo: tradicional com mesa, características: 4 Gavetas, retrocesso, prega zippers, costura reta, lançadeira em aço, costura para trás, enchedor de bobinas, corpo em ferro fundido, caixa da bobina em aço, eixo de transmissão em aço, móvel com modelo tradicional: estrutura com material reforçado, regulagem do comprimento do ponto, referência: Elgin B3, Singer ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para unir ou prender partes de tecidos ou outros materiais flexíveis, cuja aplicação será na manutenção de Equipamentos de Vão e também de coletes balísticos, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GLOG. Por se tratar de registro de preços a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
39	Máquina para Limpeza de Condicionadores de Ar Split com Bolsa Coletora, modelo: carrinho, voltagem: bivolt, capacidade: 16 Litros, funcionamento: automática, cabo de energia: 4 metros de comprimento com capa protetora, mangueira do esguicho: 4 metros de comprimento resistente a alta pressão com Jato de limpeza regulável, pressão da bomba: 100 à 130 psi (regulável), alça para carregamento e para transporte da máquina, referência: GBMak Clean, Dalai ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para a limpeza e manutenção dos aparelhos de ar condicionado, evitando que os equipamentos joguem sujidades para os ambientes, tornando o ar interno mais saudável, cuja aplicação será na Oficina de Climatização, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o EIE, por se tratar de duas equipes na oficina.
40	Máquina Transformadora de Solda, capacidade: 250 A, escala de ajuste: 50 a 250 A, tensão em vazio: 48 V, potência: 8 KVA, ciclo de trabalho: 15 % a 150 A, eletrodo: AWS E6013 até 4,0 mm, alimentação: 127 – 220 V 60 Hz, referência: Worker MS250A, Balmer ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado em serviços de solda, onde existe a necessidade de maior precisão e detalhamento, cuja aplicação será na Oficina de Usinagem, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GLOG. Por se tratar de registro de preços a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
41	Martelete Perfurador / Rompedor, potência: 820 W, voltagem: 127 V, frequência: 50/60 Hz, corrente: 3,9 A, capacidade máxima de perfuração: concreto: 24 mm, madeira: 30 mm, metal: 13 mm, força de impacto: 2,4 J, rotação sem carga: 870 RPM, impacto: 4850 IPM, acompanha: limitador de profundidade, empunhadura auxiliar, maleta, referência: Bosch GBH-2-24D-MA, Makita ou qualidade superior.	0	0	1	0	2	Equipamento utilizado para perfuração de materiais em obras, como próprio concreto, pedras, tijolos e aço, cuja aplicação será na instalação e manutenção de equipamentos de vigilância eletrônica, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GSD. Por se tratar de registro de preços a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
42	Morsa / Torno de Bancada linha profissional nº 6, fabricado em ferro nodular nas normas ABNT-FE42012, fuso manipulo em aço forjado com tratamento zincado eletrolítico branco, mordentes integrados ao corpo, bigorna de alta resistência, largura do mordente: 152 mm, abertura máxima: 152 mm, referência: Marcon MR-6, Metalsul ou qualidade superior.	0	0	0	0	5	Equipamento utilizado em oficinas para montar e apertar peças, lixar, cortar e fazer acabamentos, havendo a necessidade de aquisição para atender a demande de 5 UN para o GLOG.
43	Moto Esmeril de Bancada, base de metal, voltagem: bivolt, potência: 1/2 hp (373 w), diâmetro: 6 polegadas (152 mm), referência: Stanley STGB-3715-BR, Motomil ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado para afiar, aparar, debastar, esmerilhar e dar acabamento, cuja aplicação será na Oficina de Usinagem, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GLOG. Por se tratar de registro de preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
44	Motobomba Submersa, para poços de 6" e 8", número de estágios: 4, potência: 15 hp (11,19 kw), motor modelo: M6P, trifásica 220 V / 380 V, vazão e altura manométrica (m³/h - m): 0 - 74,1, 30 - 65,0, 35 - 62,7, 40 - 60,0, 45 - 56,9, 50 - 53,3, 55 - 48,6, 60 - 43,3, referência: Ebara BHSE 650-04 ou qualidade superior.	0	0	1	0	2	Equipamento utilizado para elevar, pressurizar ou levar a água de um lugar ao outro, cuja aplicação será no poço que abastece a caixa d'água central da BACG, havendo a necessidade de aquisição para sobressalente, pois este equipamento é primordial para o fornecimento de água potável para o setores da BACG e também para parte da Vila Base Aérea, sendo 2 UN para eventual necessidade.
45	Motogerador de Energia, motor à gasolina, refrigerado a ar, cilindros: monocilíndrico, tipo do motor: 4 tempos, sistema de partida: manual retrátil, cilindrada: 196 cc, rotação máxima: 3600 rpm, filtro de ar: duplo elemento, capacidade do tanque: 15 litros, capacidade do óleo: 0,6 litros, óleo recomendado: 10W30, potência máxima: 3,1 kW kVA, potência nominal: 2,8 kW kVA, número de fases: monofásico, tensão principal: bivolt 115/230 V, frequência: 60 Hz, chave seletora de tensão (115/230 V), tomadas: 1 X 115 V 1 X 230 V, peso líquido: 85 kg, acompanha: kit de ferramentas e carregador de bateria 12VDC 8A, referência: Toyama TG3100CXR, Vulcan ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para funcionar como standby quando há queda do sistema de energia elétrico convencional, cuja aplicação será na Oficina de Elétrica para fornecer energia elétrica em casos isolados e também para exercícios de campanha coordenados pelo GSD, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o EIE e 1 UN para o GSD.
46	Motopodas, para conservação e jardinagem profissional, motor: 2 tempos, potência: 1,3 hp (0,95 kw), cilindrada: 33 cc, rotação máxima: 10.000 rpm, rotação na lenta: 3.000 rpm, sabre: 12 pol (ponta rolante), eixo cardan rígido com estrins, tubo do eixo cardan: tubo de alumínio de 26 mm, comprimento: com extensão: 2,90 m, sem extensão: 1,65 m, ignição: magneto CDI, arranque: manual com mola retrátil, com cinto de suspensão, autonomia aproximada: 1 hora, referência: Vulcan VP3300L, Stihl ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para poda de galhos e manutenção de áreas verdes, cuja aplicação será na Oficina de Urbanização, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para o EIE, sendo duas equipes de trabalho.
47	Motoserra a gasolina, cilindrada: 32 cc, carburador: membrana, sistema de ignição: eletrônico, potência: 1,35 kw (1,8 hp), corrente: 3/8 pol, sabre: 14 pol (35 cm), referência: Makita EA3203SBAG, Stihl ou qualidade superior.	1	0	1	1	2	Equipamento utilizado para facilitar e mecanizar o serviço de corte e poda de árvores, cuja aplicação será na manutenção das áreas de exercícios de campanha e também nas ações de rescaldo em incêndios florestais, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GSD e 1 UN para a CCI.
48	Multímetro, tensão DC: 1.000 V, tensão AC: 1.000 V, corrente DC: 10 A, corrente AC: 10 A, resistência: 40 MOhm, frequência: 10 Hz a 100 KHz, capacitância: 1.000 µF, temperatura: -50° C a 400° C, classificação de segurança: 600 V Cat III, teste de diodos, acompanha ponteiros de prova, referencia: Fluke 17B+, Minipa ou qualidade superior.	0	0	3	1	9	Equipamento utilizado para medir dois ou mais valores elétricos, principalmente, tensão (volts), corrente (amperes) e resistência (ohms), cuja aplicação será nas oficinas do GLOG, manutenção de equipamentos da SSUBS, manutenção de equipamentos da vigilância eletrônica, e também nos equipamentos eletrônicos e eletrônicos da Banda de Música, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 4 UN para o GLOG, 1 UN para a SSUBS, 3 UN para o GSD e 1 UN para a BM.
49	Pistola de Pintura Profissional, tipo: sucção, pressão trabalho: 40 - 60 lbf/pol², bico e agulha: 1,8 mm, vazão de tinta: 140 a 180 ml/min, tipo da caneca: sucção, material do corpo da pistola: alumínio, material da caneca: alumínio, material do bico e agulha: inox, material da capa de ar: latão, capacidade da caneca: 1 litro, rosca de entrada de ar: 1/4 pol, referência: Vonder 6220200100, Chiaperini ou qualidade superior.	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado para pintar por pulverização, cuja aplicação será na Oficina de Pintura, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o EIE. Apesar de ter sido adquirida recentemente em 1 UN, existe a necessidade da aquisição de mais 1 UN, com a finalidade de dar agilidade na realização dos serviços da oficina, podendo atender duas equipes de pintura ao mesmo tempo. Por se tratar de registro de preços a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
50	Plaina Elétrica Manual, potência: 620 W, tensão 110 V, largura de corte: 82 mm (3-1/4 pol), profundidade de corte: 2,5 mm (3/32 pol), debaste: 9 mm, velocidade em vazio: 17.000 rpm, acompanha: conjunto do calibrador da faca, guia reta, faca da plaina e chave soquete, referência: Makita KP0800, Vonder ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para deixar as superfícies de madeira niveladas e lisas, cuja aplicação será na Oficina de Carpintaria, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o EIE. Por se tratar de registro de preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
51	Rocaadeira Lateral, tipo motor: 2 tempos à gasolina, cilindrada: 35,2 cc, potência: 1,7 kw (2,3 cv), rotação máxima: 12.500 rpm, rotação na lenta: 2.800 rpm, capacidade do tanque de combustível: 580 ml, acompanha: cinto duplo de suporte, cabeçote de fio de nylon, referência: Stihl FS220, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	3	1	2	Equipamento utilizado para aparar a grama ou vegetação resteira, cuja aplicação será na limpeza de terrenos no combate a incêndio, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para a CCI.

Anexo II – Justificativa da Demanda							
Item	Descrição / Especificação	Aquisição 2021	Aquisição 2022	Aquisição 2023	Aquisição Média	Qtde Máxima	Observação
52	Serra Circular Industrial de precisão de bancada, com disco de 10" (254 mm), extensão deslizante de largura, botão de acionamento com trava de segurança, velocidade de rotação de 4300 RPM ou superior, potência de 1650W ou superior, tensão de 127 V, eixos inclináveis, com ajuste manual, permitindo cortar painéis amadeirados, madeira maciça e plástico, em ângulos de 45° e 90°, uma saída para extração de poeira. Interruptor com chave de segurança contra acionamento acidental. Deve incluir: lâmina de serra 10", guarda de proteção, volante e régua de corte. Referências: DWE7470-BR DEWALT, MAKITA-2703, BOSCH-GTS254 ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para realizar cortes específicos e precisos em madeira, tanto transversal quanto reto, cuja aplicação será manutenção dos materiais do GSD (camas, armários, portas, mesas, confecção de alvos, dentre outros), havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GSD. Por se tratar de registro de preços, a quantidde máxima passa a ser 2 UN.
53	Serra Circular Manual, potência nominal absorvida: 1.500 W, tensão: 110 V, diâmetro do disco de serra: 184 mm, rotações em vazio: 6.000 – 6.000 rpm, diâmetro interior do furo do disco de serra: 15,9 mm, placa de guia: 290 x 150 mm, capacidade de corte em madeira (90°): 64 mm, capacidade de corte em madeira (45°): 45 mm, valor de emissão de vibrações ah: 2,4 m/s², incerteza K: 1,5 m/s², referência Bosch GKS-150-2D, Makita ou qualidade superior	0	0	2	1	2	Equipamento utilizado para realizar cortes de madeira, metal e concreto, cuja aplicação será na manutenção e instalação de vigilância eletrônica, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o GSD. Por se tratar de registro de preços, a quantidade máxima passa a ser 2 UN.
54	Soprador térmico, potência: 2000 W, com 3 estágios, tensão: 110 V, frequência: 60 hz, com seguintes acessórios: 1 bocal plano, 1 bocal de desvio, 1 bocal de ponta e 1 bocal de deflexão, referência: Vonder STV200, Wap ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Equipamento utilizado para aquecer ou secar materiais e componentes eletrônicos, cuja aplicação será na Oficina de Climatização e Oficinas de Eletrônica do GLOG, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o EIE e 2 UN para o GLOG.
55	Soprador, tipo: costal, capacidade do tanque de combustível: 1,5 litros, cilindrada: 56,5 cm³, peso aproximado: 9,1 Kg, potência: 2,6 Kw (3,54 cv), pressão sonora: 101 dB(A), velocidade do ar: 78 m/s, volume de ar com tubeira: 1.260 m³/h, potência sonora: 108 dB(A), vazão de ar: 1.260 m³/h, rotação máxima: 7.250 rpm, rotação lenta: 3.100 rpm, força de sopra: 19 N, nível de potência sonora: 109 dB(A), valor de vibração: 1,9 m/s², referência: Stihl BR 420, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	4	Equipamento utilizado para os serviços de limpeza de jardins, terrenos, máquinas agrícolas, áreas industriais, grandes áreas públicas e manutenção de limpeza de estradas e rodovias, cuja aplicação será na Oficina de Urbanização e nas opeções de rescaldo e combate a incêndio, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para a CCI e 2 UN para o EIE.
56	Termômetro Digital Infravermelho com Mira a Laser, sistema de medição por infravermelho, display LCD de 3 1/2, dígitos coloridos, faixas de medição (Infravermelho): -50 a 800°C, faixas de medição (termopar): -40 a 1000°C, resolução: (0,1°C / 0,1°F), mudança de faixa: automática, resposta espectral: 8 a 14 um, emissividade ajustável de 0,1~1,0, campo de visão: 12:1, precisão básica: 1,5% + 2° C, conformidade laser classe II, alimentação: bateria 9 V, referência: Minipa MT-350A, Vonder ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para medir a temperatura de corpos ou superfícies a partir da detecção da radiação emitida por eles, sem a necessidade do sensor tocar a superfície, cuja aplicação será para acompanhamento da temperatura dos alimentos, de forma a garantir a segurança alimentar, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 2 UN para a SSUBS, de forma que exista 1 termômetro disponível em cada um dos refeitórios, já que hoje a Seção de Subsistência possui um único termômetro. Com a aquisição dos novos termômetros, totalizar-se-iam 3 termômetros, de forma que cada refeitório disponha de um item.
57	Termômetro, tipo: Termovisor, instrumento portátil, tipo: digital, aplicacao: detecção de pontos de calor em quadros elétricos, faixa de medicaçao: -20 a 400 graus, categoria: CAT IV, dimensao: 89 x 127 x 25 mm, referência: Fluke PT1120, Minipa ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Equipamento utilizado para medição de temperatura sem que exista contato com o material, através da geração de imagens térmicas, cuja aplicação será na Oficina de Elétrica para a inspeção de equipamentos elétricos como quadros de transmissão e casa de força, havendo a necessidade de aquisição para atender a demanda de 1 UN para o EIE. Por se tratar de registro de preços a quantidade máxima passa a ser 2 UN.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Justificativa da Demanda
Data/Hora de Criação:	19/01/2024 12:25:23
Páginas do Documento:	3
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	4
Hash MD5:	d9383061b306877560a738974d4485dd
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ALISSON DA GUARDA no dia 26/01/2024 às 11:54:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LUIZ HENRIQUE LAGES NOLASCO no dia 05/02/2024 às 16:48:45 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE

MAPA DE RISCOS

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA OFICINAS, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA BACG

FASE DE ANÁLISE
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

A meta principal desta análise de riscos é identificar os riscos inerentes ao processo licitatório para aquisição de máquinas e equipamentos para oficinas, com a finalidade de atender às demandas da Base Aérea de Campo Grande.

A Análise de riscos permite identificar os riscos que possam comprometer o sucesso da aquisição, bem como do fornecimento do material não alcançar os resultados que atendam às necessidades da Contratante.

Cabe ressaltar que os riscos identificados no decorrer da execução do termo de contrato devem ser avaliados no recebimento dos materiais pela Comissão de Recebimento, pelo Presidente da Comissão de Recebimento, Chefe do Setor Responsável ou Fiscal de Contrato. Caso sejam identificadas incoerências no correto fornecimento do material, o gestor responsável oficializará o fato à Assessoria de Riscos Contratuais e à Contratada para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

FASE DE AQUISIÇÃO

RISCO 01 – Baixa qualidade da descrição específica		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo	() Médio (X) Alto
Id	Dano	
1	Não alcançar o objetivo da contratação.	
2	Prejuízo para a Administração Pública, em termos de comprometimento da aquisição de material.	
3	Queda na qualidade de trabalho dos setores.	
4	Ausência de garantia de segurança sanitária.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Orientar e capacitar a equipe que elabora a descrição dos itens. Analisar processos semelhantes e bem sucedidos executados por outros Órgãos.	ACI, Seção de Planejamento Organizacional e Equipe de Planejamento.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Corrigir erros de especificação da descrição na fase de planejamento da aquisição.	ACI, Seção de Planejamento Organizacional e Equipe de Planejamento.
2	Reiniciar o processo de aquisição.	Equipe de planejamento

RISCO 02 – Questionamentos e ressalvas efetuadas pela CJU		
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto	
Id	Dano	
1	Apontamento de melhorias, correção de erros e adequação à legislação vigente.	
2	Risco de comprometer a evolução dos processos de trabalho.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Executar toda a fase de Planejamento da Aquisição de acordo com a legislação em vigor.	Equipe de Planejamento.
2	Encaminhar o Processo com antecedência à CJU	Seção de Licitações e Contratos
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Efetuar as correções apontadas e revisar o Planejamento da Contratação	Equipe de Planejamento e Seção de Licitações e Contratos.

RISCO 03 – Atraso na publicação do Edital		
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1	Risco de comprometer o atendimento da demanda, dado o término da Ata de Registro de Preços atual e as necessidades de consumo diário dos materiais.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Cumprir o cronograma do processo de contratação.	ACI, Seção de Planejamento Organizacional, Seção de Licitações e Contratos e Equipe de Planejamento.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Revisar e estabelecer prazos para o processo de aquisição.	ACI, Seção de Planejamento Organizacional e Seção de Licitações e Contratos.

RISCO 04 – Questionamento pelos fornecedores		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1	Possibilidade de atraso no processo de aquisição e consequente comprometimento na identificação dos setores.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Revisão e aprovação do Planejamento da Aquisição pelas áreas requisitante e administrativa.	ACI e Equipe de Planejamento.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Revisar os itens questionados e, se for o caso, solicitar esclarecimentos efetuados pelo fornecedor junto às áreas requisitante e administrativa.	Equipe de Planejamento, Seção de Licitações e Contratos e Pregoeiro.

RISCO 05 – Licitação impugnada		
Probabilidade:	(☒) Baixa (☐) Média (☐) Alta	
Impacto:	(☐) Baixo (☐) Médio (☒) Alto	
Id	Dano	
1	Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário, comprometendo a realização/execução dos serviços/apoios necessários.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Revisar a documentação técnica e jurídica antes de publicar o edital.	ACI, Seção de Planejamento Organizacional, Seção de Licitações e Contratos e Equipe de Planejamento.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Corrigir ou reiniciar o processo de aquisição visando à obtenção dos itens.	Equipe de Planejamento e Seção de Licitações e Contratos.

RISCO 06 – Licitação deserta		
Probabilidade:	(☐) Baixa (☒) Média (☐) Alta	
Impacto:	(☐) Baixo (☐) Médio (☒) Alto	
Id	Dano	
1	Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário, comprometendo a realização/execução dos serviços/apoios necessários.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Identificar os possíveis fornecedores durante a etapa de consulta e cotação de preços.	Equipe de Planejamento.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Realizar novo processo licitatório.	Equipe de Planejamento e Seção de Licitações e Contratos.

RISCO 07 – Recursos administrativos procedentes		
Probabilidade:	(☐) Baixa (☒) Média (☐) Alta	
Impacto:	(☐) Baixo (☒) Médio (☐) Alto	
Id	Dano	
1	Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Analisar atentamente o disposto no Edital e seguir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo durante o certame.	Pregoeiro
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Corrigir as falhas apuradas, voltar às fases do certame e analisar demais propostas.	Pregoeiro

FASE DE RECEBIMENTO

RISCO 08 – Entrega do material realizada de forma não satisfatória		
Probabilidade:	(☒) Baixa (☐) Média (☐) Alta	
Impacto:	(☐) Baixo (☐) Médio (☒) Alto	
Id	Dano	
1	Probabilidade de falta do material a ser adquirido, afetando a prestação de apoio aos militares do efetivo, que sejam atinentes ao setor.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Acompanhamento rigoroso das solicitações e do recebimento dos materiais, bem como apontamento das discrepâncias junto ao responsável da Contratada para que as falhas apuradas sejam corrigidas.	Comissão de recebimento e Setor requisitante
2	Cumprimento dos prazos previstos para efetivação dos pedidos e recebimento do material.	Comissão de recebimento e Setor requisitante
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Setor responsável pelo recebimento dos materiais notificar a empresa contratada, alertando sobre as discrepâncias remanescentes e, se for o caso, abrir processo administrativo para aplicação de sanção.	Comissão de recebimento, Setor requisitante e ARC

Campo Grande/MS, data conforme assinatura eletrônica

ALISSON DA GUARDA 2º Ten QOCON ELT
Adjunto ao Chefe da SSG



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Mapa de Riscos
Data/Hora de Criação:	31/08/2023 12:16:39
Páginas do Documento:	4
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	5
Hash MD5:	b0118d4d3bec29bc349d4f40761791e6
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ALISSON DA GUARDA no dia 14/09/2023 às 15:55:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento LEANDRO CARVALHO ROCHA no dia 27/09/2023 às 10:30:20 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE

(Processo Administrativo nº **67261.006699/2023-16**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA BASE AÉREA
DE CAMPO GRANDE E A EMPRESA

.....

A União, por intermédio do Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, representada pela Base Aérea de Campo Grande, situado à Av. Duque de Caxias, nº 2905, Bairro Santo Antônio, Campo Grande-MS, inscrito no CNPJ sob nº 00.394.429/0191-20, neste ato representada pelo seu Comandante, designado para o cargo pelo Boletim Interno nº XXX, de DD de MMM de AAAA, portador da Identidade Funcional nº.....COMAER, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a)..... (nome e função no contratado), portador da Matrícula funcional nº, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº **67261.006699/2023-16** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 44/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é **registro de preços para aquisição de Máquinas e Equipamentos para Oficinas, com a finalidade de atender às demandas de Base Aérea de Campo**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDAD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/08/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.** A Administração terá o prazo de **um mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **um mês**.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 1. Moratória de 0,2% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 25% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 6 % a 10 % do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: 120638

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Campo Grande, Seção Judiciária de Campo Grande/MS - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campo Grande, _____ de _____ de _____.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/BACG/2023

Registro de preços para aquisição de Máquinas e Equipamentos para Oficinas, com a finalidade de atender às demandas de Base Aérea de Campo

A União, Comando da Aeronáutica, por meio da Base Aérea de Campo Grande, CNPJ nº 00.394.429/0007-04, com sede na Avenida Duque de Caxias, 2905, Bairro Santo Antônio, Campo Grande/MS, neste ato representada pelo....., Ordenador de Despesas, portador da matrícula funcional nº XXXXX COMAER, designado para o cargo pelo Boletim Interno nº XXX, de dd de mmmm de aaaa, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 44/2023, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 67261.006699/2023-16 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços **para aquisição de Máquinas e Equipamentos para Oficinas Para atendimento da Guarnição da Base Aérea de Campo Grande (BACG)**, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 44/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

MINUTA

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Base Aérea de Campo Grande (BACG).

3.2. Não haverá órgãos participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

MINUTA

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto **no edital** e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **no edital**; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o

MINUTA

item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos **do edital**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

MINUTA

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

MINUTA

- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

MINUTA

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no edital**.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO **AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Campo Grande, de de 2023.

ORDENADOR DE DESPESAS	GESTOR DE LICITAÇÕES
AGENTE DE CONTROLE INTERNO	Representante da EMPRESA

MINUTA

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Processo Administrativo nº 67261.006699/2023-16)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 44/BACG/2023

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida no(a) _____, para futura e **eventual contratação de** _____, visando atender às necessidades Base Aérea de Campo Grande, pelos próximos 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital do **Pregão nº 44/2023** e seus anexos.

Item	Descrição/ Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	xxxx	xx	xx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
2	yyyy	yy	yy	R\$ yyyy	R\$ yyyy

Valor unitário = R\$ (... por extenso...)

Valor total = R\$ (... por extenso ...)

Declaro estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Prazo de validade da proposta: xx (xxxx) dias (**mínimo 90 dias**).

Prazo de entrega: conforme estabelecido no Edital e seus anexos.

Dados bancários:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

E-mail de contato:

Telefone de contato:

Representante Legal:

Cidade, Data

Assinatura do Representante da Empresa



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE**

DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO

1. Em atendimento às disposições constantes do Art. 7º da Lei nº 14.133/2021, designo os militares abaixo relacionados para atuarem como Pregoeiro e Equipe de Apoio na realização do Pregão Eletrônico nº 44/BACG/2023.

Pregoeiro:

2T QUINT YASMIN MACIEL CORDEIRO CANDIDO (6902804)

Equipe de Apoio:

2S SAD LORENA DE CASTRO CARVALHO (644839-9);

2S SAD JESSICA CRISTINE DE ALBUQUERQUE ROSA (6155120); e

3S TAD LUZIENE TEIXEIRA SANTOS (741530-3).

2. Os militares relacionados foram formalmente designados por meio da Portaria nº 361/GSB-EI-SLC, de 27 de dezembro de 2023 e Portaria nº 6/GSB-EI-SLC, de 4 de janeiro de 2024..

**AUGUSTO AQUINO DE MENEZES Ten Cel Esp Arm
Ordenador de Despesas da BACG**